

Quatorze anos de (des)acordos: o imaginário da língua no século XX através dos Acordos Ortográficos

Ao final do século XIX e início do século XX, procurando uma melhor “harmonia” entre as ortografias atuantes em território brasileiro e em território lusitano, linguistas tanto aquém, quanto além mar, dedicaram-se a formular um sistema simplificado da escrita, que beneficiaria ambos os países de língua portuguesa. Destarte, com a intenção de solucionar o problema da então “desordem linguística”, a Academia Brasileira de Letras (ABL) e a Academia de Ciências de Lisboa propuseram no ano de 1931 um modelo simplificado de escrita. A reforma ortográfica só foi efetivada a partir da intervenção do governo brasileiro e da profusão de decretos que tentavam regular o uso da ortografia portuguesa, que tornou oficial o acordo firmado em 1931. O período seguinte à década de 30 é caracterizado por uma série de publicações de vocabulários ortográficos e novos acordos que buscavam normatizar as leis ortográficas, dando-lhes um aspecto mais sistemático e oficial. Com isso, mais dois acordos circularam entre Brasil e Portugal. O de 1943, recebendo grande aceitação dos membros da ABL e o de 1945, iniciativa lusitana que recebeu grande apoio político no Brasil ao final do governo Vargas. A partir disso, o objetivo central é propor uma reflexão a cerca do período que corresponde aos anos de 1931 a 1945, em que visamos a questão da unificação da língua por meio de uma ortografia única, quando essa não é senão apenas uma parte da gramática. Admite-se uma produção gramatical independente (que teve início no século XIX, mais precisamente com a publicação da *Gramática Portuguesa* (1881), de João Ribeiro), bem como a produção de dicionários por brasileiros, mas não uma ortografia diferenciada. Nesse sentido, nossa proposta é, considerando as condições históricas que deram início a discussão sobre a ortografia no/do Brasil, refletir sobre os fatores que contribuíram para colocar a ortografia como foco das discussões, bem como analisar as causas políticas de tal prolongamento para se chegar a um acordo sobre a questão ortográfica.